

MÍDIA E NECROPODER: UMA INSTÂNCIA PEDAGÓGICA DO CENÁRIO DE MORTE

Media and necropower: a pedagogical instance of the death scenario

Henrique Ferreira da Silva

Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Canoas, RS, Brasil.

Ricardo Willy Rieth

Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Canoas, RS, Brasil.

Deivison Moacir Cezar de Campos

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 23/10/2024

Aceito em 17/06/2025

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n264.p146-176>

Copyright (c) 2025 Henrique Ferreira da Silva, Ricardo Willy Rieth, Deivison Moacir Cezar de Campos.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Apoio

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Como ser citado (modelo ABNT)

SILVA, Henrique Ferreira da; RIETH, Ricardo Willy; CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. Mídia e necropoder: uma instância pedagógica do cenário de morte. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 50, n. 264, p. 146-176, jan./abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n264.p146-176>

Resumo

As representações midiáticas frequentemente associam a população negra a comportamentos violentos ou marginalizados, reforçando a ideia de criminalidade e justificando a atuação policial como uma resposta necessária. Essa construção social não apenas desumaniza os jovens negros, mas também contribui para um ciclo de opressão que se manifesta em políticas públicas e práticas policiais. Este texto, recorte da pesquisa de Mestrado, visa compreender as narrativas midiáticas sobre ser jovem negro presentes no Portal G1 - sob a perspectiva da "Pedagogia de Morte e Resistência" (Silva, 2024). Foram reunidas 14 matérias do Portal, abordando o assassinato de jovens negros pelas polícias do Rio de Janeiro, considerado-o um território em disputa, marcado pelo necropoder (Mbembe, 2018). Amparados nos Estudos Culturais em Educação, utilizo o conceito de dispositivo pedagógico da mídia (Fischer, 2007) para apontar os espaços midiáticos como *lôcus* de produção e circulação de conhecimento. A metodologia se baseou na análise cultural, tratando as notícias como artefatos que moldam a "realidade". As análises destacam o cotidiano das juventudes negras e sua relação com a morte, evidenciando como a mídia naturaliza os assassinatos. Aponta também como a "linguagem de ausências" impede a conexão dos assassinatos com um contexto de genocídio, ao ocultar a raça como marcador. Além disso, verifica-se que a estratégia de seleção ou omissão de imagens publicizadas não é ingênua, uma vez que atua perpetuando estereótipos. No entanto, há espaço para contra-representações, especialmente através das vozes das famílias das vítimas e da comunidade que se reverberam a partir das brechas do cenário necropolítico.

Palavras-chave: Pedagogias de Morte e Resistência; Estudos Culturais; Necropolítica; Pedagogia da Mídia.

Abstract

Media representations frequently associate Black populations with violent or marginalized behaviors, reinforcing the notion of criminality and justifying police action as a necessary response. This social construction not only dehumanizes young Black individuals but also contributes to a cycle of oppression manifesting in public policies and policing practices. This text, an excerpt from a Master's research project, aims to understand media narratives about being a young Black person as presented on the G1 news portal, through the lens of what I term the "Pedagogy of Death and Resistance" (Silva, 2024). Fourteen news articles from the portal were analyzed, focusing on the killing of young Black individuals by the police in Rio de Janeiro, a territory regarded as contested and marked by necropower (Mbembe, 2018). Grounded in Cultural Studies in Education, I employ the concept of the media's pedagogical apparatus (Fischer, 2007) to identify media spaces as loci of knowledge production and circulation. The methodology is based on cultural analysis, treating news stories as artifacts that shape "reality." The analyses highlight the everyday experiences of Black youth and their relationship to death, revealing how the media normalizes these killings. It also demonstrates how the "language of absences" prevents connecting these murders to a context of genocide by concealing race as a significant marker. Furthermore, it is evident that the strategy of selecting or omitting publicized images is not neutral, as it perpetuates stereotypes. However, there is room for counter-representations, particularly through the voices of victims' families and the community, which resonate through the cracks in the necropolitical landscape.

Keywords: Pedagogies of Death and Resistance; Cultural Studies; Necropolitics; Media Pedagogy.

APONTAMENTOS INICIAIS

A representação do corpo negro no contexto midiático esteve, por longo tempo, associada a uma posição subalterna e marginalizada. Tal construção é, em parte, decorrente de campanhas publicitárias e produtos audiovisuais, como telejornais e telenovelas, que reproduzem e disseminam essas imagens. A análise das representações de jovens negros vítimas de violência policial em um portal de notícias permite explorar o conceito proposto por Hall (2016) de “regimes de racialização dos corpos”, elucidando como essas produções midiáticas podem tanto reforçar quanto contestar os lugares sociais instáveis e voláteis que são, de maneira sistemática, atribuídos às juventudes negras e periféricas no Brasil.

A mídia, como instituição de regulação social, desempenha um papel importante na perpetuação das desigualdades (Sodré, 2015, p. 152). A produção midiática, desta maneira, reforça a valorização das características eurocêntricas, reafirmando o simbolismo da ideologia do branqueamento (Souza et al., 2015, p. 8). Barbero e Rey (2004) argumentam que os rostos exibidos na televisão não refletem a realidade, mas são moldados pelos interesses econômicos e políticos que sustentam essa mídia.

A crítica às sub-representações das identidades sociais, conforme apontado por Freire (2004), é uma questão explorada pelos Estudos Culturais desde a década de 1960. Segundo o autor, as distorções nas representações dificultam o avanço democrático, pois contribuem para a “manutenção e [...] reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração” (2004, p. 47). Nesse contexto, Zilda Martins (2011) afirma que a mídia exclui a imagem da pessoa negra como sujeito singular ao vinculá-la, predominantemente, a representações de criminosos ou suspeitos. Essa imagem negativa, amplificada pela mídia, naturaliza preconceitos contra a população negra brasileira, favorecendo a “aceitabilidade” do fazer morrer, conforme discutido por Mbembe ((2018) em seus estudos sobre necropolítica.

Considerando o contexto apresentado, este estudo reflete sobre o papel do estatuto pedagógico da mídia no que diz respeito aos mecanismos que promovem o que Silva (2024)

chama de Pedagogias da Morte e Resistência¹. Especificamente, busca-se observar como a mídia, através de suas gramáticas próprias, constrói noções de aceitabilidade para o fazer morrer das juventudes negras no Rio de Janeiro. Para isso, são analisadas reportagens do Portal de Notícias G1 que tratam do assassinato dessas juventudes pelo Estado. A discussão está embasada nos Estudos Culturais em Educação, abordando a mídia como um ambiente pedagógico que, de forma implícita, molda subjetividades e modos de ser. A análise centra-se em quatro categorias: 1) a análise de um conjunto de registros que focalizam os rostos dos familiares; 2) as fotografias das vítimas; 3) as situações que envolvem sangue, atividade policial e/ou perícia; e 4) a ênfase em eventos de protesto. Para tanto, foi mobilizado um conjunto de reportagens 12² publicadas entre 2019 e 2023 no Portal G1, utilizando a metodologia de análise cultural, entendendo-as como artefatos culturais que revelam dinâmicas de poder e exclusão.

BRASIL E SUAS QUESTÕES DE RAÇA

No contexto brasileiro, a desumanização do corpo negro constitui uma constante histórica e social. Esse processo se materializa por meio da imposição de estereótipos que incidem sobre esses corpos e reverberam nos espaços que habitam ou atravessam. Simultaneamente, o racismo atua como mecanismo de marcação social da diferença, relegando sujeitos racializados a experiências sistemáticas de discriminação e negando-lhes o pleno exercício da existência. Tal dinâmica cotidiana de violência racial configura o que Almeida (2002) denomina de racismo estrutural - uma lógica enraizada nas estruturas históricas e institucionais da sociedade brasileira, sendo atualizada e reproduzida em múltiplos contextos e práticas sociais (Almeida, 2002; Campos & Silva, 2021)

A noção de necropolítica, desenvolvida por Achille Mbembe (2018) a partir das teorias de Foucault sobre biopolítica, centra-se na ideia de que o poder estatal se estende ao controle

¹ Mais detalhes dessa formulação teórica pode ser vista na Dissertação de Mestrado intitulada de Pedagogias de morte e resistência: racismo, necropolítica, juventudes negras e violência policial no Rio de Janeiro a partir do portal de notícias G1, Silva (2024).

² Essas reportagens selecionadas fazem parte de um acervo maior, utilizado na construção Dissertação de Mestrado apontada na nota anterior e que servem de base para este texto.

sobre a morte. Nesse sentido, a necropolítica investiga como o Estado decide quem vive e quem morre, com o objetivo de compreender a violência sistemática e as desigualdades em que a “raça” desempenha um papel central. O autor estabelece uma conexão entre seu conceito de necropolítica e a análise de Giorgio Agamben sobre o estado de exceção durante o Holocausto, ressaltando o contexto da violência racial que permeia essas discussões.

A maneira sistemática pela qual essas violências se manifestam e impactam os corpos negros adquire uma dimensão abrangente na perspectiva necropolítica, permitindo a análise de como diferentes narrativas sociais se entrelaçam para formar um regime de morte. Nesse contexto, o racismo é compreendido como um dos mecanismos estatais que possibilita um duplo assassinato dos corpos negros, que, mesmo enquanto vivos, enfrentam concepções racistas destinadas a subjugar-los. Essas concepções são alimentadas por discursos sociais que promovem sua desumanização.

Nos últimos anos, tem havido um aumento na hostilidade do Estado brasileiro em relação às juventudes negras. Cerqueira e Coelho (2017) destacam esse cenário, apontando que desde o início dos anos 1980, o Brasil tem testemunhado um aumento nos homicídios de jovens negros. Em 2010, a taxa de homicídios para homens negros de 21 anos de idade chegou a quase 180 por cem mil habitantes. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) reafirma o cenário de violência sistemática enfrentado pela população negra no Brasil, apontando que “a violência extrema ainda persiste”, com 77,9% das vítimas sendo negras, 50% delas na faixa etária de 12 a 29 anos e 91,3% do sexo masculino. No que diz respeito à letalidade policial, os dados desse levantamento indicam que indivíduos negros constituem 84,1% das vítimas em 2022.

O Estado brasileiro, mantendo a perspectiva necropolítica, legitima a violência policial letal contra jovens negros. Esses dados refletem um processo de criminalização sistemática que se manifesta em diversas esferas sociais. Os jovens negros enfrentam riscos acentuados devido à cor da pele e à localidade em que residem, sendo frequentemente estigmatizados como bandidos ou considerados, de maneira geral, uma ameaça à sociedade. Bhabha (1984) sugere que essa produção de estereótipos não apenas reflete a realidade social existente, mas também a recria sempre que é disseminada (p. 122). A partir desses estereótipos marginalizantes, as juventudes negras se veem amplamente subjugadas ao que

Collins (2009) descreve como “imagens de controle”. Essas imagens perpetuam diversas formas de opressão no cotidiano e contribuem para a normalização do genocídio das juventudes negras no contexto brasileiro.

Sobre os meios de comunicação, Pereira e Gomes (2001) afirmam que “os meios de comunicação, na medida em que atuam no processo de representação das identidades, têm oferecido aos negros brasileiros a oportunidade contraditória de serem outros — e não eles mesmos” (p. 52). Essa perspectiva externa promove uma imagem negativa dos negros, contribuindo para a construção de uma identidade associada à carência, criminalidade e marginalização. Quando não se enquadram nesses estereótipos, os corpos negros raramente são ouvidos nos noticiários, uma vez que a mídia privilegia uma estética fundamentada em um paradigma branco. Sodré (2015) ressalta a persistência da clareza, ou brancura da pele como uma marca simbólica de uma superioridade imaginária.

No que se refere à mídia, Kellner (2001) entende que esta desempenha um papel na oferta de significados que moldam nossa compreensão do que é considerado relevante, verdadeiro, correto e adequado em diferentes situações e contextos. Sob essa perspectiva, a mídia também exerce uma função significativa na formação da nossa visão, percepção e conduta. A análise proposta pelo autor ressalta que os produtos culturais possuem um caráter pedagógico, na medida em que geram, reforçam ou contestam significados que adquirem relevância ao interagir com outros significados presentes em nossos repertórios culturais.

Neste sentido, Fischer (2002), em suas investigações sobre a televisão, destaca a construção de um dispositivo pedagógico da mídia, no qual “estão em jogo, no processo de comunicação por meio da TV, múltiplas e complexas questões relacionadas às formas pelas quais produzimos sentidos e sujeitos na cultura” (p. 153). Para a autora, a mídia atua na produção contínua de saberes, transformando os espaços midiáticos em lócus de aprendizado sobre como devemos interpretar o mundo e lidar com as situações que nele emergem. Nesse contexto, a mídia se revela pedagógica também na construção dos corpos, orientando a forma como devemos observar “os outros da nação” (Segato, 2007).

Hall (2016) argumenta que a representação por meio de estereótipos, especialmente nos filmes comerciais, adquire um caráter reducionista e essencialista, fixando os significados em estruturas rígidas e imutáveis. Isso faz dos estereótipos uma ferramenta chave no debate

racial, pois aprisionam os corpos negros em representações limitadas. O autor identifica cinco principais estereótipos: “toms”, “coons”, “trágica mulata”, “mammies” e “Bad Bucks”. Esses estereótipos ajudam a perpetuar narrativas racializadas, construindo uma percepção pública estigmatizada dos corpos negros.

Pereira e Gomes (2001) afirmam que os meios de comunicação oferecem aos negros brasileiros uma oportunidade contraditória de serem representados como “outros”, distantes de suas verdadeiras identidades, muitas vezes associados a estereótipos de carência, criminalidade e marginalização. Aqueles que não se encaixam nesses estereótipos têm suas vozes e histórias invisibilizadas, já que a mídia privilegia uma estética branca, como observa Sodré (2015). Ele argumenta que a clareza da pele é tratada como símbolo de superioridade imaginária, perpetuando o racismo.

Sodré (2015) também ressalta que o preconceito racial é agravado pela proximidade entre as raças e que o racismo sugere um deslocamento territorial, onde o “outro”, como o negro ou o indígena, é visto como intruso nos espaços dominados pelos brancos. Esse “nojo racista” surge da percepção de que esses corpos não deveriam compartilhar o mesmo território. Nesse contexto, Ferro (2012) reforça que a elite tem um papel central na criação e reprodução do preconceito racial, moldando os discursos e atitudes discriminatórias que influenciam a sociedade como um todo.

DELINEAMENTO DOS CONTORNOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Bhabha (1984) argumenta que a produção de estereótipos “não reflete simplesmente uma realidade social prévia; ela produz essa realidade novamente, cada vez que é colocada em circulação” (p. 122). Assim, os estereótipos marginalizantes que recaem sobre as juventudes negras desempenham um papel ativo na construção de suas identidades sociais. Collins (2009) complementa ao introduzir o conceito de “imagens de controle”, que funcionam como instrumentos de opressão ao se perpetuarem no cotidiano dessas juventudes. Tais imagens consolidam-se ao ponto de contribuir para a naturalização da violência contra a população negra, incluindo os altos índices de genocídio juvenil no Brasil.

Essas “imagens de controle” não apenas descrevem ou interpretam uma realidade social, mas moldam ativamente as concepções identitárias e a percepção pública sobre as juventudes negras. Em um contexto de estratificação racial, onde a negritude é associada a estigmas como pobreza e violência, essas representações, reproduzidas em veículos midiáticos, perpetuam os estereótipos que, conforme Bhabha (1984) observa, não apenas refletem a realidade social, mas continuamente a recriam, reforçando, assim, a marginalização racial por longos períodos no imaginário coletivo.

Nesse contexto, evidencia-se o papel da mídia e das esferas de poder na perpetuação de representações enraizadas no imaginário social, baseadas em construções racializadas que sustentam as “imagens de controle”. hooks (2019) aponta uma conexão direta entre a preservação do patriarcado supremacista branco e a naturalização de representações específicas na mídia de massa, que reforçam a opressão e dominação das populações negras em diversos aspectos da vida social. Assim, a mídia não apenas reproduz essas imagens, mas contribui ativamente para a consolidação de estruturas de poder racialmente hierarquizadas.

METODOLOGIA DO ESTUDO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO

Nesse contexto, esta pesquisa examina o G1, portal de notícias pertencente ao Grupo Globo, como um importante veículo para a disseminação de informações e ideias no ambiente digital. O Grupo Globo, fundado em 1925, fez sua transição para a internet por meio do domínio Globo.com e, em 2006, lançou o G1 como um portal exclusivo de notícias. De acordo com os Princípios Editoriais do Grupo Globo, o jornalismo é definido como uma atividade que gera conhecimento sobre eventos e pessoas, constituindo-se como uma ferramenta fundamental para a compreensão da realidade (Globo, 2023). Dessa forma, o G1 se posiciona como um mediador central na construção do saber jornalístico no contexto digital, alinhando-se às dinâmicas de convergência midiática.

As análises desenvolvidas neste estudo baseiam-se em um corpus composto por 12 reportagens publicadas no portal de notícias G1 entre os anos de 2019 e 2023, selecionadas por sua relevância para as intersecções entre mídia, necropolítica e imagens de controle. A seleção do material passou por um processo de refinamento metodológico: inicialmente, realizou-se uma busca interna no site com expressões-chave como “jovens negros”, “Rio de

Janeiro” e “G1”; em seguida, optou-se por reportagens que evidenciassem, com maior densidade, elementos pedagógicos relacionados à representação e ao controle de corpos racializados.

A análise cultural empreendida parte da compreensão de que as reportagens não são meras expressões individuais de pensamento, mas construções discursivas situadas em contextos históricos, sociais e ideológicos, conforme propõem os Estudos Culturais. Nesse sentido, a investigação busca compreender de que modo repertórios representacionais são acionados para produzir sentidos sobre as juventudes negras, tomando como referência os aportes teóricos de Collins (2009) e Fischer (2002). As discussões subsequentes organizam os sentidos mobilizados pelas narrativas midiáticas, articulando-os às experiências descritas e às teorias que embasam a análise.

PEDAGOGIAS DE MORTE E RESISTÊNCIA - BREVES APONTAMENTOS SOBRE MÍDIA

A mídia, sob uma perspectiva pedagógica, tem desempenhado um papel importante na perpetuação do aparato necropolítico, ao fornecer um espaço contínuo para o consumo e a reiteração de estereótipos historicamente construídos que desumanizam o corpo negro. Esses estereótipos contribuem para a manutenção de uma lógica necropolítica, conforme argumentado por Mbembe (2018), na qual o racismo facilita e legitima o “fazer morrer”, ou seja, a aceitação social da violência e da morte de populações negras.

As reportagens e excertos selecionados para este texto configuram representações que, de acordo com o objetivo proposto, inter-relacionam as noções de necropolítica e mídia. Essas representações sugerem a existência de uma norma que atravessa o discurso midiático: a construção de narrativas que posicionam o corpo negro como desviante, exteriorizado de sua própria humanidade. Em outras palavras, a presença do corpo racializado é marcada por ausências e lacunas em sua representação, reforçando sua marginalização. Nesse contexto, torna-se relevante destacar, inicialmente, os títulos das reportagens selecionadas, pois elas já delineiam a estrutura dessas narrativas excludentes.

Quadro 1: Dados das reportagens

REPORTAGEM	CHAMADA
R1	Criança morre baleada na Zona Norte e moradores acusam policiais de serem autores de disparo
R2	Jovem é baleado no Jacarezinho, e moradores acusam PM
R4	O que se sabe sobre a morte da jovem Kathlen Romeu, no Rio
R5	Menino de 12 anos morto durante operação da PM no Chapadão é enterrado
R7	Entenda como foi a morte da menina Ágatha no Complexo do Alemão, segundo a família e a PM
R8	Morte do adolescente João Pedro durante ação policial causa comoção na web
R9	Rapaz com deficiência intelectual é morto na Barreira do Vasco; moradores acusam PMs e fazem protesto
R10	'A ficha ainda não caiu' diz mãe de jovem morto por policiais na Zona Oeste do Rio; ela diz que filho carregava uma furadeira
R11	Em investigação própria, família de Thiago, jovem morto na Cidade de Deus, diz que PMs em um carro descaracterizado atiraram nele
R12	'Todo dia morre um', diz mãe de menina morta em escola de Acari; grupo protesta no Palácio Guanabara
R14	Moradores acusam PMs de matar entregador no Morro do Palácio, em Niterói, RJ
R15	Adolescente é baleado e morto em Cordovil; família acusa PM de atirar e de jogar corpo em valão

Fonte: elaborado pelos autores.

Em um primeiro momento, observa-se que os nomes de jovens assassinados tendem a ganhar destaque nos títulos das reportagens, especialmente quando suas mortes já se consolidaram como manifestações do que Silva (2024) define como *corpo-memória*. Esse fenômeno ocorre após a veiculação inicial da notícia, quando o caso adquire grande repercussão social e se reinscreve na esfera pública como símbolo de resistência e denúncia. Nessa perspectiva, França (2012) propõe que o compartilhamento contínuo dessas narrativas confere aos acontecimentos uma “segunda vida”, prolongando sua potência simbólica e política no espaço midiático.

Por outro lado, quando os eventos não alcançam tal reverberação, os sujeitos são frequentemente identificados apenas por marcadores genéricos, como idade e sexo. Essa

prática despersonaliza os indivíduos, reforçando um distanciamento simbólico que opera como uma forma de apagamento. Trata-se de um mecanismo que pode ser compreendido como expressão da “linguagem da ausência” — uma estratégia discursiva que, ao evitar nomear, contribui para a desumanização dos corpos negros e para sua exclusão do campo da empatia pública. Esse apagamento sistemático colabora para a reprodução de uma lógica de marginalização, na qual a individualidade é dissolvida em categorias abstratas e estigmatizadas.

Nesse contexto, a ausência do marcador racial nas manchetes e nos *leads* das reportagens não é neutra: ela insere o fato noticiado numa cadeia de silenciamentos que oculta a dimensão estrutural do racismo. Ao retratar os episódios como casos isolados, desconectados de um contexto histórico e social mais amplo, a mídia contribui para a invisibilização do genocídio sistemático que atinge a população negra no Brasil. Como aponta Oliveira (2017), “também o silêncio, a apatia, a displicência, a indiferença são funcionais ao sistema” - nesse caso, ao sistema de produção simbólica que sustenta o necropoder por meio da omissão deliberada da racialidade como fator central nas dinâmicas de violência. Essa operação discursiva não apenas silencia os conflitos raciais, mas também reforça a naturalização das desigualdades estruturais, ao sugerir que tais violências são episódios fortuitos, desvinculados de qualquer racionalidade de Estado. Com isso, perpetua-se uma pedagogia da morte que legitima, por meio do discurso jornalístico, o tratamento desumanizante da juventude negra brasileira.

Silva e Saraiva (2020) argumentam que a construção da sociedade brasileira está ancorada em um processo histórico de apagamento e silenciamento violento da população negra, o que implica a negação do pertencimento pleno desses sujeitos à ideia de povo brasileiro. Tal estrutura de exclusão está diretamente relacionada à branquitude, entendida, segundo Sovik (2004), não apenas como um lugar de privilégio social, mas como uma prática ativa de poder que sustenta e reproduz hierarquias institucionais. Essa prática determina os regimes de visibilidade e legitimidade, conferindo centralidade discursiva àqueles que se alinham a padrões normativos de aparência, linguagem e comportamento socialmente valorizados.

Complementando esse quadro, Bento (2022) observa que a discriminação racial não é um fenômeno de exceção, mas um efeito direto da manutenção dos privilégios brancos. Essa dinâmica se manifesta, por exemplo, na escolha editorial de manchetes jornalísticas que omitem o marcador racial das vítimas negras, contribuindo para um processo de desumanização que atinge tanto a vida quanto a morte desses sujeitos. Tal omissão constitui o que se pode compreender como uma dupla negação: da pessoa enquanto sujeito de direitos e da morte enquanto evento digno de reconhecimento público.

Esse processo de silenciamento e deslegitimação se insere na continuidade histórica das estruturas de opressão herdadas do regime escravocrata. A lógica escravocrata, embora formalmente extinta, persiste sob outras roupagens, atribuindo ao corpo negro características de subalternidade e negando-lhe a possibilidade de autorrepresentação. Essa perpetuação assegura a reprodução de um sistema que exclui o sujeito negro do campo da humanidade plena - tanto em sua existência quanto em sua finitude - legitimando, assim, a manutenção do necropoder enquanto racionalidade política e simbólica.

Nesse contexto, o silêncio opera como ferramenta fundamental na pedagogia da morte, funcionando como estratégia de exclusão simbólica dos corpos negros nos espaços discursivos. Como aponta Woodward (2003, p. 8), “as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas”. Assim, a ausência de linguagem — ou o silêncio discursivo — contribui para a produção de identidades esvaziadas de agência, situadas na interdição da fala e da visibilidade, e portanto, na manutenção da marginalização histórica da população negra.

Esse silêncio, mais do que simples omissão, configura-se como um “oco representacional”, em que a branquitude — amparada por estruturas institucionais e mediáticas — reforça e atualiza sua condição hegemônica ao suprimir narrativas dissidentes. Trata-se de um vazio discursivo que, como destaca Woodward (2003, p. 17), delimita os lugares possíveis de enunciação: “os discursos, ou a falta deles, constroem lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar”. Ao negar aos sujeitos negros a possibilidade de se verem representados de forma afirmativa, reforça-se a assimetria nos regimes de reconhecimento e pertença. Dessa forma, o silêncio sobre a raça - especialmente nos espaços midiáticos - não é neutro. Ele sustenta a pedagogia da morte ao obscurecer os mecanismos

de violência e impedir a construção de memórias coletivas que desafiem o projeto da branquitude. Ao despolitizar as mortes e despersonalizar as vítimas, esse apagamento discursivo contribui diretamente para a normalização da desigualdade racial no Brasil contemporâneo.

De acordo com dados do Atlas da Violência (2023), oito em cada dez pessoas assassinadas no Brasil são negras. Complementarmente, a Rede de Observatórios da Segurança (2022) destaca que os jovens negros compõem o grupo mais afetado nas estatísticas de mortes decorrentes de ações policiais. Apesar dessa realidade sistemática, sua visibilidade permanece mínima nas manchetes do principal portal de notícias do país, onde o marcador racial é frequentemente omitido. Essa invisibilização opera como uma forma de pedagogia de morte, por meio da qual a mídia contribui para a naturalização da violência e da exclusão. Sobre a centralidade do silêncio no regime de produção da branquitude, Duarte (2017) argumenta que:

Há o silêncio confortável do ver morrer: de desejar uma morte silenciosa e não conflitiva do outro racializado. O silêncio produzido pela branquitude é um elemento central do genocídio. O silêncio nega a produção da humanização dos corpos mortos. Retira da morte o elemento essencial de sua humanidade, a linguagem. Precisamos falar sobre os mortos, pois isso produz sentido em nossos corpos vivos. A humanização da morte gera vida. O silêncio sobre a morte é a morte entranhada como realidade social (*prefácio*).

Um exemplo desse apagamento é a manchete “Jovem é baleado no Jacarezinho, e moradores acusam PM” (R2). A identidade racial do jovem — Jonathan, um corpo negro — só se revela ao leitor ao se abrir a reportagem e visualizar sua imagem. Esse tipo de omissão aparentemente banal cumpre uma função pedagógica poderosa: educa o olhar social para aceitar como natural a violência contra corpos racializados, ao mesmo tempo que silencia os marcadores que poderiam denunciar sua estrutura de desigualdade.

Romper com essa lógica de apagamento demanda a ocupação das fissuras representacionais existentes, reestruturando os modos de narrar fora das bases eurocentradas que sustentam o discurso midiático dominante. É esse o desafio que se impõe. Como ressalta Martins (2011, p. 27), “a mídia naturaliza versões e noções definidoras de padrões e estigmas, funcionando como a mais eficaz estrutura na corroboração de valores e

na função de agenciadora do senso comum”. A desconstrução dessas narrativas requer, portanto, uma ação crítica e coletiva que interpele os sentidos cristalizados, e proponha outras formas de existir, narrar e resistir - a partir das experiências e epistemologias das populações negras.

Nesse sentido, evidencia-se uma dinâmica de dupla via: ao passo que as manchetes frequentemente contribuem para a invisibilização de determinadas realidades sociais — especialmente aquelas que envolvem corpos racializados —, as imagens carregam o potencial de expô-las, tensioná-las e até mesmo reconfigurá-las. Rocha (2002) já apontava que a mídia exerce uma função pedagógica ao organizar sentidos e valores que moldam a percepção pública. Ampliando esse entendimento, Sobral (2013) propõe o conceito de *sintaxe pedagógica* como uma estratégia teórico-metodológica voltada à análise da composição e ordenação dos signos visuais nas fotografias jornalísticas. A proposta parte da premissa de que a imagem não apenas ilustra, mas ensina: é capaz de transmitir conhecimento, ativar afetos e orientar leituras sobre o real.

A partir desta lógica, a articulação entre texto e imagem nos dispositivos midiáticos não apenas informa, mas educa — produzindo sentidos que orientam o modo como certos grupos sociais são percebidos e interpretados. Schmidt (1999) reforça esse argumento ao afirmar que:

A sequência na qual são colocadas as fotografias e o contexto que é criado para elas, em livros, jornais ou revistas, são tão importantes como a imagem individual. Nesta ordem ou distribuição da fotografia, mesclando-se com o texto escrito, pode-se criar uma representação (1999, p. 17).

A escolha de incluir - ou omitir - determinadas imagens, bem como as legendas que as acompanham, não é neutra nem aleatória. Trata-se de um gesto político-discursivo que atua sobre o regime de visibilidade. No contexto do Portal G1, a presença de determinadas imagens possui o potencial de legitimar versões, reforçar estigmas ou até mesmo abrir brechas de reinterpretação, dada a amplitude do seu alcance e sua centralidade na formação da opinião pública.

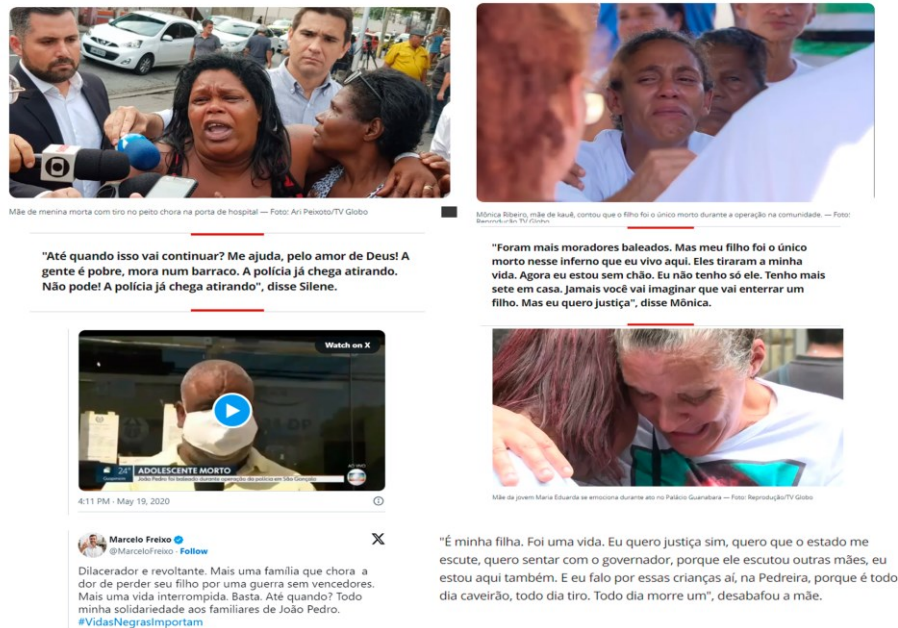
Dessa forma, podemos inferir que esse jogo entre ausência e presença - entre a manchete e o conteúdo - sugere uma diminuição da responsabilidade do Estado diante dessas mortes. Esses mecanismos acabam por reforçar a narrativa de que se trata de um “caso isolado”, minimizando a gravidade da questão e perpetuando uma cultura de impunidade. A representação visual, portanto, torna-se uma ferramenta importante na construção de narrativas que moldam a percepção pública sobre a violência e suas vítimas, contribuindo para uma compreensão distorcida da realidade social.

Um outro aspecto relevante identificado nas reportagens analisadas refere-se à natureza das imagens utilizadas para ilustrar os acontecimentos. De modo geral, essas imagens se organizam em quatro categorias recorrentes, cada uma com implicações distintas na construção da narrativa sobre a violência e seus protagonistas: 1) **Familiares em situação de vulnerabilidade emocional**: fotografias que mostram mães, pais ou parentes próximos das vítimas em momentos de dor, desespero ou luto. Essas imagens evocam empatia e são comumente utilizadas para legitimar o sofrimento, embora muitas vezes reproduzam um imaginário visual da dor racializada, que pode escorregar para a estetização da perda e para a naturalização do sofrimento negro. 2) **Retratos das vítimas em vida**: são fotografias extraídas de redes sociais ou arquivos pessoais que mostram os jovens em momentos de felicidade, cotidianidade ou celebração. Ao humanizar as vítimas, essas imagens operam como estratégia de reposição simbólica: resgatam a identidade que a morte brutal e o discurso midiático tendem a apagar, e funcionam como recurso para reverter a lógica da culpabilização da vítima. 3) **Registros de protestos e manifestações**: imagens de mobilizações populares, familiares em marcha ou cartazes com demandas por justiça. Essas imagens rompem com a lógica da passividade, inscrevendo a cena do crime em uma narrativa coletiva de resistência. É nesse ponto que se aproxima a noção de corpo-memória, quando o luto se transforma em *práxis* política - e a imagem deixa de apenas documentar para também reivindicar. 4) **Cenas de crime e ação policial-pericial**: fotografias que exibem sangue, perímetros isolados, veículos da perícia e atuação policial. Essas imagens, ao enfatizar a materialidade da morte e da violência, podem reforçar o imaginário da favela como zona de perigo, reiterando estigmas territoriais e racializados.

Essas categorias de imagens, ao serem escolhidas e veiculadas, desempenham um papel importante na construção da narrativa em torno das mortes, influenciando a percepção

pública e a compreensão da violência e de suas vítimas no contexto social e racial brasileiro. O primeiro exemplo pode ser visualizado na imagem abaixo:

Imagem 1: Agrupamento de excertos das reportagens.



Fonte: G1.

Na Figura 1, observa-se um agrupamento de imagens que se caracteriza pela presença de marcadores visuais associados ao sofrimento e à indignação de familiares — especialmente de mães negras — frente à perda de seus filhos. As expressões faciais captadas nas fotografias evidenciam o luto, a exaustão e a dor, compondo aquilo que denominamos como a **categoria 1: familiares em situação de vulnerabilidade emocional**. Essas imagens acionam um imaginário cultural consolidado no Brasil, no qual as mães negras são constantemente figuradas como sustentáculos afetivos, morais e políticos do núcleo familiar, emergindo também como principais demandantes de justiça diante do necropoder.

Cada uma das imagens é acompanhada por pequenos trechos de depoimentos textuais - quatro no total -, com destaque para os relatos extraídos das reportagens R1, R5, R8 e R11. Nesses trechos, a voz das mães aparece marcada pela urgência e pela denúncia. A mãe de Jennifer Silene (R1) questiona: "Até quando isso vai continuar?", enquanto a mãe de

Kauê (R5) afirma: "*Jamais você vai imaginar enterrar um filho. Mas eu quero justiça.*" Tais falas articulam a dor pessoal a um apelo coletivo, inscrevendo-se na lógica do luto como práxis política - ou seja, como resistência que emerge da ferida, operando contra o apagamento.

Outro elemento recorrente, embora mais sutil, é a presença do que podemos chamar de colo negro: a mão estendida, o abraço solidário, o corpo que ampara o outro no momento do desespero. Embora esses gestos escapem muitas vezes à centralidade da composição fotográfica, sua recorrência aponta para uma dimensão comunitária da dor. Trata-se de uma visualidade afetiva que remete ao princípio de *ubuntu* - filosofia africana que enfatiza a interdependência humana, o cuidado e a reciprocidade -, onde "*eu sou porque nós somos*". Nessa chave de leitura, o toque não é apenas consolo, mas um gesto que reinscreve a dignidade do sujeito ferido e sustenta a elaboração coletiva do trauma. Conforme destacado por Moraes (2017):

Ubuntu, portanto, pode ser traduzido como "o que é comum a todas as pessoas". A máxima zulu e xhosa, *umuntu ngumuntu ngabantu* (uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas), indica que um ser humano só se realiza quando humaniza outros seres humanos. Pois, na relação com o outro, diz Kashindi, *Estar com o Outro* é perceber a interdependência que nos constitui como seres humanos. É estar consciente da força vital que possibilita a nossa permanência na vida (p. 19).

A alusão do autor ao conceito de "estar com o outro" representa uma das manifestações contra-insurgentes que compõem este contexto. Ou seja, esses elementos imagéticos - a mãe que chora e exige justiça, o braço que acolhe, o cartaz que denuncia - também podem ser lidos como manifestações do corpo-memória em ato. São imagens que condensam não apenas a dor da perda, mas também a memória social da resistência negra no Brasil. Nesses registros, o corpo que sofre transforma-se em corpo que convoca, pedagogiza e denuncia, mobilizando, na visibilidade de sua dor, uma recusa à lógica de silenciamento e apagamento que estrutura o necropoder.

À medida que o Estado assume a responsabilidade pela perpetração de violência contra jovens negros, as pessoas negras se veem compelidas a engajar-se de alguma maneira com esse outro, buscando enfrentar o vazio imposto pela ausência de proteção e apoio. Essa

interação é uma forma de buscar resolução, atenuação ou prestação de assistência, reafirmando a importância da solidariedade comunitária em tempos de crise.

Contudo, no contexto dessas imagens, observa-se uma subversão do estereótipo previamente delineado a partir da representação visual do pai de João Pedro (R8). Esse homem, que há pouco havia perdido o filho, se mantém firme em sua denúncia. Embora a imagem irrompa como uma resistência ao ser lida no conjunto de representações de mulheres negras, ela também pode ser vista como um “continuum” do que já se espera dos homens negros — como o confronto. A imagem de resistência diante das normas impostas a um corpo negro enlutado reflete a persistência de um povo que enfrenta cotidianamente as práticas sistemáticas do Estado necropolítico, representando um rompimento de um padrão que costuma relegar os homens negros a papéis passivos ou de violência. Essa dinâmica destaca a complexidade das experiências e a capacidade de resistência frente à dor e à injustiça.

Como salienta Foucault, “onde há poder, há resistência”, e a postura combativa, ainda que enlutada, do pai de João aponta para essa direção, sendo capaz de criar novos meios de interpretar o luto negro. Isso se alinha à ideia de que existem “[...] possibilidades outras de existência a partir de estratégias de subversão das relações de força do campo do poder, que fazem engendrar novas possibilidades de vida” (Foucault, 1991, p. 91). Nesse contexto, romper com as repetições históricas e emergir como uma imagem de resistência implica na criação de novas possibilidades para contextos social ou racialmente marcados, onde a lógica eurocêntrica é subvertida, permitindo que o corpo marginalizado assuma o protagonismo de sua própria narrativa, ainda que essa narrativa seja permeada pela morte. Em última instância, trata-se de reconfigurar as fronteiras representacionais que delimitam a dor desse corpo, que é forjado e disciplinado pelas práticas do necropoder. Essa reconfiguração não apenas desafia a narrativa dominante, mas também busca restaurar a dignidade e a humanidade do sujeito negro, enfatizando a importância do luto e da resistência coletiva diante da violência sistemática que atinge suas comunidades.

A análise das fotografias das vítimas (categoria 2), que as retratam em vida de forma descontraída e sorridente, gerou uma série de questionamentos éticos quanto à sua reprodução nesta pesquisa. Durante a organização dessa categoria de imagens, surgiu um

dilema sobre a recirculação das mesmas. Diversos fatores orientam a decisão de evitar uma nova exposição dessas crianças³. No entanto, ao considerar o aspecto denunciativo no processo de escrita, observou-se que é precisamente a partir desse ponto que emerge sua potência.

Imagem 2: Excerto da R8



João Pedro Mattos Pinto — Foto: Reprodução/TV Globo

Fonte: G1

A recirculação em contextos de luta aponta para uma existência que, embora perdida, permanece pulsante e enérgica naqueles que aqui continuam. Além disso, ao ser reposta em movimento, a imagem denuncia, causa incômodo e desestabiliza o lugar-comum do tecido social. Ao evidenciar, por exemplo, o assassinato de João Pedro (R8), mais do que os contornos trágicos de sua morte, o desajuste se manifesta em sua aparição como criança negra, humilde e geograficamente localizada. Nesse sentido, a presença produz sentidos e fala sobre aquele corpo e seu contexto, como nas camisas usadas pelas mães nos protestos, que frequentemente exibem os rostos de seus filhos no peito.

Um exemplo dessa visibilidade foi observado no Desfile das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2024. A Escola de Samba Portela, ao apresentar o samba-enredo

³ Aspectos éticos ligados ao corpo, mas também ao fato de serem crianças e jovens negros que perderam suas vidas por estarem abarcados dentro de um paradigma que, pelo simples fato de existirem enquanto tal, já estariam suscetíveis a esses ocorridos - ainda mais sendo moradores de áreas de colônia.

“Um Defeito de Cor”, trouxe para a avenida um carro alegórico que homenageou dezesseis mães que perderam seus filhos vítimas da violência no Estado do Rio de Janeiro. Entre elas estavam as mães de Kethlen Romeu (R4), João Pedro (R8) e Marielle Franco, junto a personalidades relevantes nos movimentos negros contemporâneos, como Conceição Evaristo e Lázaro Ramos (G1, 2024). Ao serem apresentados dessa forma, existe uma quebra momentânea no contexto representacional dessas juventudes. Essa homenagem abre, pelas bordas, a oportunidade de visibilizar os moradores do espaço, em especial os mais jovens, diante de um contexto que tenta, de todas as formas, a sua animalização e extermínio. Através dessa representação, as mães e suas histórias são resgatadas, dando voz a uma luta por justiça que transcende a dor e se transforma em um chamado coletivo por reconhecimento e transformação social.

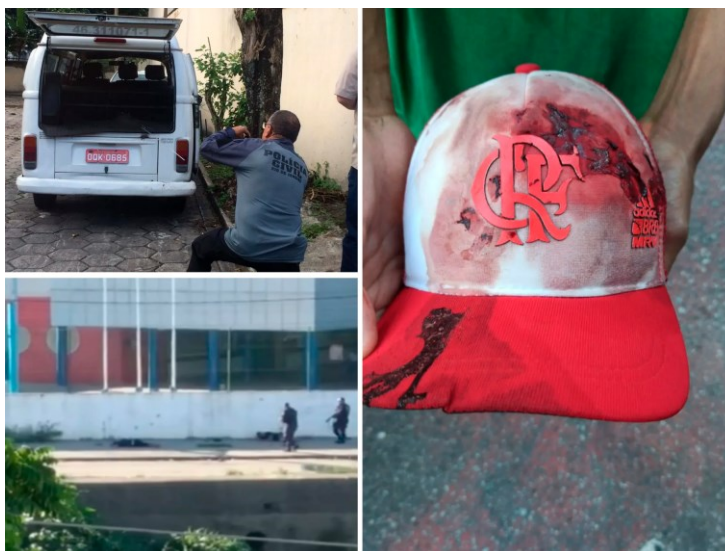
A escolha das fotografias atua como uma base para contestar a manutenção dos estereótipos, fazendo com que a imagem do jovem suscite resquícios de humanidade mesmo em um corpo negro. O rosto sorridente de João Pedro não se traduz nas noções de marginalidade impostas às juventudes das periferias. Naquele momento, capturado na fotografia escolhida pelo veículo, João Pedro ainda tinha planos e sonhos, que foram abruptamente eliminados. Portanto, a morte da juventude negra deve ser encarada como evitável e não como algo sistemático, previsível e constante. No entanto, constata-se que, dentro dos limites territoriais observados, a cor da pele legitima essas mortes. As narrativas se esvaem inconclusas na maioria dos casos aqui expostos, sem resolução ou responsabilização dos envolvidos. Essa realidade aponta para a emergência de uma noção de aceitabilidade do genocídio das juventudes negras no Brasil. Essa normalização das mortes não apenas perpetua a violência, mas também desumaniza as vítimas, transformando suas histórias em estatísticas e reforçando a ideia de que suas vidas têm menos valor.

Na categoria 3, são observadas cenas que abrangem situações relacionadas a sangue ou atividades policiais e periciais. Dentro deste conjunto, identificamos uma tríade de elementos: os vestígios sanguíneos, exemplificados pelo boné portado pelo irmão da vítima (R14), apresentado para registro; as atividades policiais, evidenciadas por uma fotografia que retrata dois agentes em ação, disparando contra indivíduos já detidos; e as diligências periciais, convocadas para investigar e solucionar tais eventos.

O primeiro caso apontado dentro da categoria – o sangue no boné – pode ser lido como uma forma de impessoalidade, mas também como um poderoso símbolo de denúncia e resistência. Este objeto comum se transforma no pertence de um homem assassinado, unindo-se às provas de um crime. A imagem, ao capturar um detalhe tão cotidiano, amplia a dor e a realidade da violência, humanizando a tragédia e ressaltando a injustiça que vitima a comunidade negra. As atividades policiais, ilustradas pelo segundo caso da categoria – os dois policiais atirando em um homem já detido – revelam um *modus operandi* alarmante do efetivo policial. Esse fato é corroborado pela própria reportagem, que menciona que, além de assassinar Maria Eduarda (R12), “no mesmo processo, os dois policiais também respondem pela morte de dois suspeitos. Um deles foi executado quando estava ferido, caído no chão. O assassinato foi gravado por um morador” (G1, 2019).

O terceiro caso da categoria – investigação pericial – em um território marcado pelos delineamentos e sentidos da necropolítica, é frequentemente envolto em suspeitas e descrédito. Essa desconfiança é alimentada, em grande parte, pelas práticas policiais que precedem a investigação. Não é incomum que os próprios moradores relatem que as cenas dos crimes são alteradas antes da chegada da perícia, criando um ambiente de incerteza e desconfiança em relação à veracidade das investigações. Um exemplo notório é o caso de João Pedro (R8), cujo corpo foi retirado do local do crime, ficando em paradeiro desconhecido por horas.

Imagem 3: Agrupamento de imagens das reportagens.



Fonte: G1.

A quarta e última categoria enfatiza os registros de protestos, frequentemente caracterizados por grandes aglomerações e a presença de cartazes. Embora o semblante de desalento permaneça evidente, essas imagens transmitem algo mais profundo. Castells (2013, p. 57) argumenta que “as pessoas superam o medo quando se juntam [...]. No entanto, para formar multidões, é necessário um motivo poderoso, uma força mobilizadora.”

Nesses momentos de mobilização, Fanon (2022) observa um avanço na consciência coletiva, ao afirmar que “nas colônias, os banhos de sangue, a partir de um certo estágio de desenvolvimento embrionário de consciência, reforçam essa consciência, pois indicam que entre o opressor e o oprimido tudo se resolve pela força” (p. 68). A cidade do povo colonizado, ao ser percebida como um espaço compartimentado e habitado por não-humanos, nos leva a uma interpretação da terceira imagem - retirada da R1 - que reflete a expectativa de caos nesse contexto. Tal imagem evidencia um cenário desfigurado, onde as pessoas coexistem com lixo, ódio e destruição.

Considerando as observações de Fanon (2022), Castells (2013) e Mbembe (2018), as imagens apresentadas na Figura 4 evidenciam uma das formas de resistência à condição existencial das pessoas que, conforme Mbembe (2018, p. 68), são moldadas para “viver no limite da vida.” Essa vida, tão desvalorizada, torna-se indiferente aos sinais objetivos de crueldade que a cercam. Essa crueldade pode ser imposta sob o disfarce de “pequenos massacres”, conforme sugerido nas manchetes, que demandam da sociedade uma aceitação de uma “redução generalizada do valor da vida e [...] a familiarização com a perda” (p. 69).

As imagens, portanto, não apenas reiteram a continuidade do cenário de morte que permeia esses espaços, mas também manifestam um pedido recorrente por paz e justiça. Este clamor ressoa na constituição das identidades das pessoas e nas suas percepções em relação ao território e ao entorno, sublinhando a interseção entre resistência e luta por reconhecimento em contextos de violência sistemática.

Imagem 4: Agrupamento de imagens das reportagens.



Fonte: G1.

A primeira imagem, extraída da reportagem R12, apresenta uma bandeira do Brasil marcada por numerosas perfurações, que simbolizam, presumivelmente, disparos de armas de fogo, cercadas por crianças negras. À frente, destaca-se Rosilene Alves Ferreira, mãe de Maria Eduarda, agachada e segurando uma fotografia da filha. Este registro não apenas evoca a dor da perda, mas também serve como um potente símbolo da resistência e da busca por justiça em um contexto de violência sistêmica.

A segunda imagem, proveniente da reportagem R1, ilustra um pano branco com as inscrições "justiça, paz, luto, Jennifer!", feitas em tinta spray, sendo carregado por duas pessoas, acompanhadas por um coletivo predominantemente feminino. Esse predomínio de mulheres mobilizadas em busca de justiça por seus filhos é significativo, especialmente considerando que, em um cenário caracterizado pelo necropoder, os homens negros frequentemente se tornam os alvos primários da ação policial, particularmente em áreas periféricas. A presença feminina nessa luta ressalta não apenas a urgência da demanda por justiça, mas também a resistência coletiva diante de um sistema que perpetua a violência e a desumanização.

As representações construídas no espaço público contribuem para a estabilização de múltiplos "porquês" que precedem as mortes potenciais desses corpos. Nesse contexto, a

preponderância de mulheres durante os protestos não apenas se insere no campo das representações, mas também se transforma em um estereótipo de resistência contra o Estado. Como observa Machado (2020), “[...] para romper com certa cadeia de repetições, ressignificar práticas sociais e produzir novos efeitos em um determinado contexto social, é imprescindível que o sujeito se aproprie da lógica de poder dominante”.

Dessa forma, a mulher negra, frequentemente vista como um símbolo de força em contraposição à fragilidade atribuída à mulher branca, utiliza essa representação para mobilizar sua luta em prol das juventudes negras. É pertinente afirmar que essa flutuação representacional impacta especialmente as mulheres negras periféricas, que são diretamente afetadas por práticas de exceção que têm suas raízes nas estruturas coloniais (Mbembe, (2018).

As duas imagens apresentam uma mensagem que ressoa na última imagem do agrupamento, extraída da R7: “a favela pede paz”. De maneira mais significativa, essa declaração reflete o clamor das comunidades pela preservação da vida de seus filhos em um ambiente marcado pela constante presença da morte. Nesse contexto, a luta pela vida torna-se uma necessidade urgente, e os cartazes funcionam como instrumentos para amplificar a voz dessas comunidades. Em áreas onde 86% das vítimas assassinadas são negras, observa-se que, enquanto o silêncio é representado nas manchetes, a resistência se manifesta por meio dos cartazes (G1, 2021).

Outro elemento central na discussão sobre a relevância midiática e as pedagogias culturais evidenciadas pelo Portal de notícias G1 é a presença das diversas vozes que abordam essas questões nos artefatos selecionados. A análise indica que a família ocupa um papel preponderante na construção dessas narrativas. Além disso, a comunidade também se torna uma parte significativa desse contexto, uma vez que acolhe, expressa indignação e promove discussões à medida que as narrativas se desenrolam. É importante notar, ainda, o destaque conferido ao contingente policial, que apresenta sua própria narrativa em relação aos casos em questão.

Nesse contexto, é fundamental destacar o confronto entre diferentes versões narrativas. Após a morte dos jovens, observa-se a presença de uma perspectiva preestabelecida nas narrativas, na qual a comunidade e a família adotam uma postura de

defesa em prol da vítima, responsabilizando a força estatal. No entanto, em muitos casos, essa narrativa é contestada pelos agentes do Estado. Nos artefatos R1, R2, R5, R8, R9, R10, R11, R14 e R15, são encontradas menções a essa culpabilização. Em particular, na R15, percebe-se uma diversidade de versões, iniciando pela perspectiva da família de Cauã, que, ao deixar um evento beneficente na companhia de amigos e se deparar com um contingente policial, foi morto mesmo após clamar repetidamente “é morador, é morador”.

Imagem 5: Excerto da reportagem.

“Nós estávamos indo para casa quando os caras já vieram atirando em geral. Nós gritamos no beco: é morador! É morador! **Eles largando tiro.** Um morador parou no nosso lado e chamou para casa dele. Quando nós vimos, eles, os ‘cana’ largaram um tiro no peito dele e jogaram ele dentro do riacho. Sangue-frio. Nós gritando que é morador. Gritando, todo mundo gritando”, afirmou uma testemunha.

Fonte: G1

Posteriormente, a versão da Polícia Militar é apresentada, encerrando o comunicado com a afirmação de que “diligências estão em curso para elucidar os acontecimentos”:

Imagem 6: Excerto da reportagem.

O que diz a PM

A Polícia Militar afirmou que agentes do 16º Batalhão (Olaria) realizavam policiamento pela Rua Antônio João, nas imediações da comunidade da Tinta, quando foram atacados. Houve confronto e um suspeito foi atingido. Com o homem, que é foragido do sistema prisional, foram apreendidas drogas e R\$ 39.

Mais tarde, os policiais seguiram até um valão próximo onde outros criminosos tinham pulado durante a fuga. Lá, eles apreenderam uma pistola e três carregadores. A PM afirma que os agentes souberam, mais tarde, que um homem atingido por bala de fogo no Hospital Getúlio Vargas, onde não resistiu aos ferimentos.

Fonte: G1.

No contraste entre as versões apresentadas, destaca-se a utilização do apelo como uma estratégia de contenção por parte da testemunha. Ao perceber a presença da polícia no território, essa estratégia parece ser a única alternativa viável, especialmente considerando que “os caras já vieram atirando geral”. A intervenção da testemunha, ao enfatizar repetidamente “é morador, é morador”, sugere uma tentativa de evitar um desfecho trágico que se tornou comum nesse contexto: a perda de vidas locais. No entanto, apesar do apelo e da demonstração de solidariedade, evidenciada pela afirmação de que “um morador parou do nosso lado e chamou para sua residência”, tais esforços não foram suficientes para preservar a vida de Cauã. Como relatado, “os ‘cana’ largaram um tiro no peito dele e jogaram ele no riacho”.

A declaração policial, por sua vez, permanece vaga quanto à participação de Cauã na suposta perseguição, um ponto que foi refutado pelos moradores presentes no momento do crime. Essa vida matável, conforme discutido por Mbembe (2018), exemplifica, à luz do assassinato de Cauã, o conceito que Fanon (2022) descreve como um 'estado de tensão permanente' (p. 49). Nesse sentido, observa-se que “o colonizado [deve] permanecer constantemente em alerta, pois, diante das complexidades em interpretar os inúmeros sinais do mundo colonial, nunca pode ter certeza se ultrapassou ou não os limites” (p. 49).

A presunção de que “se pode tudo” nos limites territoriais da colônia, especialmente nas periferias brasileiras, parece ser uma constante nos meandros do necropoder. Um exemplo disso é a declaração do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, em 08/03/2024: “Sinceramente, nós temos muita tranquilidade com o que está sendo feito. O pessoal pode ir na ONU, pode ir na ‘Liga da Justiça’, no raio que o parta, que eu não tô nem aí” (G1, 2024). Essa manifestação foi uma resposta a denúncias de abusos e violações perpetradas por policiais militares durante a Operação Escudo, realizada na Baixada Santista nos primeiros meses de 2024. A fala do governador pode ser interpretada como um discurso eleitoral antecipado, dirigido a um amplo contingente de eleitores que aprova a violência policial em áreas periféricas, sustentada por um discurso que mantém imagens de controle (Collins, 2009). Tal discurso é exemplificado pela máxima “bandido bom é bandido morto!” e revela uma visão que considera “certos danos colaterais” como circunstanciais, desde que ocorram nas áreas “corretas”. Esse processo de revitimização busca legitimar a violência por

meio de representações fundamentadas em uma narrativa eurocêntrica, que se perpetua por meio de um poder que se mantém através da continuação de práticas racistas.

A diferença, nesse sentido, é “reproduzida por meio de sistemas simbólicos” (Woodward, 2000, p. 39). Nos sistemas classificatórios que moldam nossa compreensão da cultura, os corpos negros são submetidos a um duplo processo de violência por meio de representações, especialmente na mídia, que frequentemente os retrata como criminosos e destituídos de humanidade. Nesse contexto, o discurso dominante exerce um papel importante na construção do “outro”, uma vez que “uma identidade é sempre produzida em relação à outra” (p. 46). Na contemporaneidade, o Estado, em colaboração com seus poderes correlatos, a mídia e as instituições, atua como um agente na construção dessa diferenciação racial. Dentro desse cenário, destaca-se um aspecto fundamental da pedagogia da morte: um processo que perpetua e legitima continuamente a marginalização e a desumanização dos corpos negros.

Fanon (2022) e Mbembe (2018) caracterizam a figura do colonizado como um não-ser. Fanon (2022) afirma ainda que “por vezes esse maniqueísmo prossegue em sua lógica até o fim e desumaniza o colonizado. Para ser exato, ele o animaliza” (p. 31). Esse estado de ser-animal, desprovido de humanidade em sua fase culminante, se correlaciona de maneira trágica com a morte de Cauã. Em seus últimos momentos, após ser atingido por tiros no peito, seu corpo foi descartado em um canal próximo ao local do crime. A animalização do outro-negro também se manifesta na R14, onde a narrativa que relata a morte de Elias de Lima de Oliveira, alvejado no rosto, traz passagens significativas que suscitam uma reflexão aprofundada sobre essa dinâmica.

Imagem 7: Excerto da reportagem.

"O que aconteceu foi uma fatalidade. Meu irmão trabalhava fazendo entrega de iFood, ele era freelancer como motoboy. O meu irmão estava descendo [o morro] para poder trabalhar. Os polícia (sic) enquadraram ele. Segundo um morador, eu tenho aqui o áudio, mandaram o morador voltar e o meu irmão gritando: 'Eu sou morador, eu sou morador'. Eles deram dois tiros de fuzil. Eles arrastaram o meu irmão igual cachorro e jogaram", afirmou o homem.

Fonte: G1.

A declaração do irmão de Elias (R14) parece, à primeira vista, redundante em relação ao caso de Cauã (R15). Observa-se uma reiteração de apelos semelhantes, como os gritos de “Eu sou morador, eu sou morador”, refletindo a imposição da mesma condição de não-ser a um indivíduo negro, que é estigmatizado como criminoso simplesmente por habitar determinado espaço. O relato avança ao descrever que “eles arrastaram meu irmão igual a cachorro e jogaram”, enfatizando a desumanização vivenciada no contexto.. Nesse contexto, remeto-me ao conceito de domínio da soberania, conforme citado por Mbembe (2018) com base nas reflexões de Bataille:

A vida além da utilidade, diz Bataille, é o domínio da soberania. [...] O mundo da soberania, Bataille argumenta, ‘é o mundo no qual o limite da morte foi abandonado’. A morte está presente nele [...]. ‘O soberano’, conclui, ‘é ele quem é, como se a morte não fosse... Não respeita os limites de identidade mais do que respeita os da morte, ou, ainda, esses limites são os mesmos; ele é a transgressão de todos os limites (p. 14;15).

Além disso, conforme as reflexões do autor, a prática pode funcionar como um “recado” para os moradores locais, visto que as mortes com caráter ostensivo representam:

[...] uma forma grandiosa, grotesca e exibicionista da crueldade racista. Ele [isto é: o ritual executório] acontece não por trás dos muros de contenção de uma prisão, mas no espaço público. [...] Enquanto técnica do poder racista, o ritual executório tem por objetivo semear o terror no espírito de suas vítimas e reavivar as pulsões mortíferas que formam o alicerce da supremacia branca” (Mbembe, p. 39).

Nesse contexto, a soberania se revela como uma prerrogativa dentro do âmbito colonial, conferindo aos agentes estatais a função de executores de um processo que, em última análise, visa à coação, desumanização e morte dos corpos dissidentes, mesmo quando estes se encontram imersos em circunstâncias complexas e narrativas controversas. Essa dinâmica é evidenciada pela declaração da Polícia Militar sobre o caso:

Imagem 8: Excerto da reportagem.

O que afirma a PM

A Secretaria de Estado de Polícia Militar informou que equipes do 12º BPM (Niterói) foram atacadas durante um patrulhamento em uma das vias que dão acesso ao Morro do Palácio, no Ingá, Zona Sul de Niterói. Segundo a corporação, "a equipe abordava um suspeito quando foi atacada a tiros, gerando um confronto".

Também de acordo com a PM, um homem foi encontrado baleado e foi socorrido ao Hospital Estadual Azevedo Lima (HEAL) e não resistiu. Também durante a ação, a secretaria informou que dois homens foram presos com uma pistola e drogas, e a ocorrência foi encaminhada para a 76ª DP.

Fonte: G1.

Elias se configura como um indivíduo marcado como potencialmente envolvido no crime, resultando em sua morte, conforme delineado por essa narrativa específica. No entanto, a família refuta essa alegação e reitera as narrativas divergentes, destacando as múltiplas vozes que permeiam as reportagens relacionadas aos casos em análise. Esse fenômeno é refletido no pronunciamento extraído da R7:

Imagem 9: Excerto da reportagem.



Fonte: G1.

ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

As narrativas analisadas neste estudo revelam, sob a ótica pedagógica do texto jornalístico, uma coexistência com a ideia de morte em relação à vida matável. Nesse contexto, a dimensão pedagógica em questão produz uma percepção particular sobre os assassinatos de jovens negros, apresentando essas mortes como um mecanismo de eliminação de “excedentes”, funcionando como um processo que se torna necessário e plausível dentro do Estado necropolítico. Essa perspectiva é delineada pela ferramenta teórica que venho denominando de Pedagogias de Morte e Resistência (Silva, 2024).

Nessa perspectiva, os assassinatos, ao serem interpretados como efeitos colaterais de uma lógica maior de segurança, são permeados por lacunas significativas na cobertura midiática, que se iniciam nas próprias chamadas das reportagens. A linguagem de ausência opera como recurso midiático de apagamento e pode ser considerada um artifício de isolamento desses casos dentro do contexto social. Ao omitir a raça como um marcador de diferença, a mídia promove um distanciamento das narrativas que poderiam articular esses assassinatos a um quadro de genocídio.

A importância das imagens nesse cenário não pode ser subestimada, uma vez que elas também possuem um caráter pedagógico. A escolha, ou a omissão de determinadas imagens não ocorre de maneira despretensiosa; pelo contrário, influencia a percepção social sobre indivíduos e espaços, frequentemente recorrendo a estereótipos prejudiciais. Entretanto, existe a possibilidade de contra-representações que desafiam o olhar do fotógrafo, como evidenciado nas quatro subcategorias identificadas. Ademais, é importante ressaltar o potencial pedagógico associado à ativação – ou não – das vozes autorizadas, que, neste contexto, tornam-se centrais nas narrativas das famílias das vítimas, dos membros da comunidade e dos representantes do Estado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BHABHA, H. J. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

- CAMPOS, D. M.; SILVA, H. F. *#Procura-seJoãoPedro mobilização no Twitter contra a necropolítica. Ecopós. Perspectivas.*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 266-294, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27973/15334. Acesso em: 15 de dez. de 2023.
- CERQUEIRA, D. et. al. *Atlas da Violência - 2023*. Rio de Janeiro, Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea, ago. 2023.
- COLLINS, P. H. *Aprendendo com a outsider within*. Sociedade e Estado, v. 31, p. 99-127, 2016.
- DUARTE, E. *Cenas de um genocídio*. Tarcila Flores. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2018.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA, 2008.
- FERRO, R. *O negro sem cor no jornalismo brasileiro*. In: Borges, Roberto; Borges, Rosane (Orgs.). *Mídia e racismo*. Petrópolis: DP et Alii Editora, 2012.
- FISCHER, R. M. B. *Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas*. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 35 maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/C35fNMQLPQrLKdSrwn54pxt/?format=pdf>. Acesso em: 10 de jan. de 2024.
- FISCHER, R. M. B. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. *Educação & Realidade*. V.22, n.2., 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71363>. Acesso em: 05 de jan. de 2024.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 24, p. 10-21, dez. 2012.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 22, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 26 de jan. de 2024.
- HALL, S. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Apicuri, 2016.
- HALL, S. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- HALL, S. *Quem precisa da identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HOOKS, b. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.
- KELLNER, D. *Beavis e Butt-Head: sem futuro para a juventude pós-moderna*. In:
- KELLNER, D. *A Cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MBEMBE, A. *Políticas de inimizade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

MARTINS, Z. *Ações afirmativas e cotas na mídia: a construção de fronteiras simbólicas*. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social/Jornalismo). Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MORAES, M. J. D. *A filosofia Ubuntu e o quilombo: a ancestralidade como questão filosófica*. Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 32, nov. 2019 – disponível em www.africaeaficanidades.com.br.

PEREIRA, E. A. & GOMES, N. P. M. *Ardis da Imagem*. Belo Horizonte: Mazza Edições & Editora PUCMINAS, 2001.

SEGATO, R. *La nación y sus otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

SOBRAL, A. L. T. *Sintaxes Pedagógicas no Fotojornalismo da Veja sobre o Agronegócio*. Canoas: ULBRA, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação).

SODRÉ, M. *Claros e escuros: Identidade, povo, mídia e cotas no Brasil*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

WOODWARD, K. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

Dados de autoria

Henrique Ferreira da Silva

Mestre em Educação do PPGEDU Ulbra/Canoas. Email: henriqferreiras@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6658-4577>.

Ricardo Willy Rieth

Doutor em Teologia e Professor do PPGEDU ULBRA/Canoas. Email: ricardo.rieth@ulbra.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8093-3473>.

Deivison Moacir Cezar de Campos

Doutor em Ciência da Comunicação e Professor do PPGCOM PUC/RS. Email: deivison.campos@puccrs.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9928-9825>.